

# CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

*Papers on Language and Society*



v. 26 n. 2

# 2025

Gladys Quevedo-Camargo

[gladys@unb.br](mailto:gladys@unb.br)

<https://orcid.org/0000-0002-4802-5296>

Universidade de Brasília, Brasília, DF,  
Brasil

Mariana Damacena-Dutra

[mariana.damacena@unb.br](mailto:mariana.damacena@unb.br)

<https://orcid.org/0000-0002-5909-3745>

Universidade de Brasília, Brasília, DF,  
Brasil

Aline Brum-Barreto

[alineanb@hotmail.com](mailto:alineanb@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-3438-0374>

Universidade de Brasília, Brasília, DF,  
Brasil

# EDITORIAL

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As práticas avaliativas, tanto em contextos pedagógicos quanto de certificação, podem ser consideradas mecanismos de controle e, portanto, influenciam a vida das pessoas de diversas formas (Quevedo-Camargo; Pinheiro, 2021; Quevedo-Camargo, 2014). A consideração das consequências sociais, educacionais, políticas e éticas que as avaliações de alta relevância e/ou de larga escala (vinculadas a processos de certificação de proficiência, seleção em universidades, entre outras), e as avaliações de rendimento (vinculadas a contextos de ensino e aprendizagem) potencialmente exercem nos processos educacionais (a definição dos objetivos de aprendizagem, elaboração de currículos e materiais didáticos, escolha de abordagens e metodologias de ensino e aprendizagem, entre outros), nos atores envolvidos nos processos de avaliar (diretores, coordenadores, professores, estudantes, elaboradores de materiais didáticos, entre outros) e nos produtos ou resultados dos processos de ensino e aprendizagem e em outros âmbitos sociais, são discutidas na literatura internacional desde a década de 1990 por autores como Bailey (1996) e Hughes (1994), e retomados por Scaramucci (2004) e Quevedo-Camargo (2014) em contexto nacional.

As consequências sociais da avaliação, portanto, são amplas e significativas, estendendo-se além do ambiente imediato da sala de aula para influenciar sistemas educacionais e a sociedade em geral, envolvendo questões de poder, equidade, ética e direitos individuais e coletivos (Shohamy, 2001; Quevedo-Camargo; Pinheiro, 2021). A noção de impacto das avaliações em contextos de ensino e aprendizagem de línguas e em políticas públicas educacionais é relativa e pode variar em valor (positivo, negativo, positivo e negativo simultaneamente), intensidade (forte ou fraco), intencionalidade (intencional e não intencional), especificidade (geral ou específico) e em outras variáveis, dependendo do contexto social e educacional em que a avaliação está inserida (Scaramucci, 2004, 2011; Quevedo-Camargo, 2014).

As características das consequências sociais da avaliação não são determinadas apenas pela qualidade da avaliação, mas interagem com outros elementos presentes no contexto em que ela se insere, como as crenças dos professores e estudantes, suas culturas de ensinar, avaliar e aprender, a formação dos professores e o seu letramento em avaliação (Quevedo-Camargo; Scaramucci, 2018), e as políticas educacionais institucionais, federais, estaduais e/ou municipais. De forma que, uma mesma avaliação pode influenciar pessoas e contextos sociais e educacionais de maneiras diferentes.

No âmbito do ensino e aprendizagem de línguas, conforme afirma Scaramucci (2011), com base em Alderson e Wall (1993), o impacto pode manifestar-se de formas positivas ou negativas nos diferentes agentes envolvidos nos processos de avaliação. As avaliações podem, portanto, fazer com que os estudantes se preparem melhor e estudem mais, o que poderia ser considerado positivo; mas, por outro lado, as avaliações podem deixar os estudantes mais ansiosos, o que

resultaria em prejuízo ao seu desempenho. Da perspectiva do corpo docente, as avaliações podem ajudar o professor a reorientar suas práticas pedagógicas.

Do ponto de vista da elaboração das práticas avaliativas, elas podem ser conduzidas com vistas a potencializar seus impactos positivos, alavancando mudanças no currículo e nos processos pedagógicos que conduzem ao desenvolvimento de competências que a avaliação pretende avaliar. As avaliações de desempenho, isto é, aquelas que são potencialmente autênticas, por exemplo, podem promover um impacto positivo no ensino, na medida em que mitigam as sub-representações e as dificuldades irrelevantes ao construto (Scaramucci, 2004, 2011). O desenvolvimento de estratégias de avaliação baseadas em princípios democráticos (Shohamy, 2001) e éticos (Quevedo-Camargo; Pinheiro, 2021), que promovam inclusão e a agência do estudante nos processos avaliativos, tende a impactar positivamente os processos de ensino e aprendizagem, uma vez que os estudantes desenvolvem seus próprios conhecimentos, habilidades, crenças, valores e atitudes em relação ao seu processo de aprendizagem.

De acordo com Alderson (2004), o impacto da avaliação em contextos de ensino e aprendizagem é causado pelos agentes presentes na sala de aula (professores e estudantes, sobretudo) e não apenas pelos elaboradores das avaliações de larga escala, por exemplo. Nesse sentido, enfatizamos a relevância do letramento em avaliação (Quevedo-Camargo; Scaramucci, 2018), considerando que, no Brasil, docentes são os agentes responsáveis não só por elaborar as avaliações de rendimento, como também por preparar os estudantes para as avaliações de larga escala, tomando decisões com relação aos objetivos, aos conteúdos curriculares, aos materiais didáticos utilizados, entre outros. Dessa forma, argumentamos que o letramento em avaliação de professores é essencial para que a avaliação impacte positivamente os contextos de ensino e aprendizagem e para que os professores desenvolvam criticidade suficiente para lidar com as tensões envolvidas em práticas avaliativas dentro e fora da sala de aula.

As avaliações de larga escala, geralmente conduzidas por órgãos públicos das instâncias federais, estaduais e/ou municipais, são desenvolvidas originalmente para gerar indicadores de qualidade dos sistemas educacionais e orientar a tomada de decisões e políticas públicas voltadas para o aperfeiçoamento do sistema de ensino. Seus resultados podem ser utilizados para responsabilizar os agentes educacionais pelos resultados de desempenho alcançados, atribuir mérito e demérito às escolas, premiar, bonificar ou punir instituições educacionais e seus agentes (Scaramucci, 2011), o que pode levar professores a prepararem seus estudantes para avaliações, sem que isso resulte em uma melhora dos processos de aprendizagem, com o objetivo exclusivo de obter bons resultados nos rankings nacionais às custas de um reducionismo curricular e pedagógico.

À luz destas reflexões, partindo do pressuposto de que tanto a língua como as avaliações são práticas sociais (Scaramucci, 2011), este dossiê da revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade* reúne estudos que buscam compreender como os diferentes atores do processo

educativo, como professores, estudantes e gestores, podem influenciar e ser influenciados pelas práticas avaliativas, considerando as implicações sociais e culturais que tais práticas geram no contexto educacional e na sociedade como um todo. Além disso, os trabalhos aqui apresentados dialogam com diferentes níveis de ensino, contextos institucionais e abordagens teórico-metodológicas, evidenciando como decisões avaliativas produzem efeitos concretos sobre pessoas, currículos, políticas públicas e práticas pedagógicas.

A seguir, faremos uma breve apresentação dos 16 artigos que compõem o número, agrupados com base nos seguintes eixos temáticos, a saber: I. Práticas avaliativas em contextos de ensino e aprendizagem de línguas e suas consequências sociais da educação básica à superior; II. Impacto das avaliações de larga escala em contextos de ensino e aprendizagem de línguas; e III. Iniciativas para promoção do letramento em avaliação de professores de línguas.

### ***Eixo I: Práticas avaliativas em contextos de ensino e aprendizagem de línguas e suas consequências sociais da educação básica à superior***

Integram o Eixo I trabalhos que discutem práticas avaliativas situadas em contextos educacionais diversos, bem como suas implicações pedagógicas e sociais. Meira e Schoffen, (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), em *Avaliação como aprendizagem na aula em língua inglesa: princípios de avaliação na educação bilíngue*, analisam desafios no contexto da avaliação na educação bilíngue brasileira. Os autores dialogam com a abordagem *Content Language Integrated Learning* (CLIL) e com a pedagogia da translinguagem para propor princípios avaliativos alinhados a uma perspectiva formativa, crítica e socialmente sensível, destacando a centralidade da formação continuada de professores.

No âmbito da educação básica, Balbino (Universidade Estadual de Londrina - UEL), Tonelli (Universidade Estadual de Londrina - UEL) e Moraes (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), em *"Pikachu, eu escolho você! Proposta de rubrica com o uso de Pokémons para a autoavaliação com crianças aprendizes de língua inglesa"*, apresentam uma proposta de rubrica de autoavaliação voltada aos anos iniciais do ensino fundamental. Ancoradas na perspectiva de avaliação para aprendizagem, as autoras integram critérios linguísticos, atitudinais e sociais em uma linguagem lúdica e acessível às crianças, com foco na promoção da autorregulação e autonomia dos estudantes. O trabalho evidencia que práticas avaliativas formativas, quando cuidadosamente desenhadas, podem contribuir para o desenvolvimento integral dos aprendizes, reforçando a dimensão social da avaliação desde os primeiros anos escolares.

Sapiña (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), em *"Justicia y validez en la evaluación oral: estudio de caso en Español Fines Específicos"*, problematiza a avaliação oral no ensino de Espanhol para Fins Específicos a partir das noções de validade, justiça e ética. Com base em um estudo longitudinal que analisa as percepções de estudantes de espanhol como língua

estrangeira em uma universidade portuguesa, o autor demonstra como autenticidade, democracia e dimensão afetiva se articulam na construção de instrumentos avaliativos socialmente legitimados. Ao evidenciar a simulação oral como prática dotada de elevada validade e reconhecimento por parte dos estudantes, o artigo contribui para o debate sobre critérios de qualidade avaliativa no ensino superior e suas repercussões na experiência formativa.

Explorando o campo dos contrastes entre as concepções de língua e práticas avaliativas, em *“Avaliação no Ensino de Inglês como Língua Franca: Repensando Práticas Avaliativas na BNCC”*, Fogaça (Universidade Federal do Paraná - UFPR) analisa as tensões entre a proposta curricular da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para o ensino de inglês como língua franca e as práticas avaliativas ainda ancoradas em paradigmas normativos e centrados na noção idealizada de “falante nativo”. Ao defender instrumentos mais inclusivos, formativos e interculturais, os autores evidenciam o caráter político da avaliação e seu potencial de contribuir para práticas decoloniais.

As transformações contemporâneas no campo da avaliação também são abordadas a partir da incorporação de tecnologias emergentes. Em *“Impacto da Inteligência Artificial no Processo Avaliativo: Um Estudo Sobre as Percepções de Professores de um Centro de Línguas”*, Siqueira e Oliveira (Universidade Federal de Goiás - UFG) investigam as percepções de docentes acerca do uso de inteligência artificial nos processos avaliativos em um centro de línguas universitário. Os resultados revelam tanto o reconhecimento do potencial da inteligência artificial (IA) para otimizar práticas avaliativas quanto às preocupações com autenticidade, autoria e responsabilidade ética. Ao destacar a necessidade de curadoria crítica e formação docente para o uso dessas ferramentas, o artigo amplia o debate sobre as consequências pedagógicas e sociais da avaliação mediada por tecnologia.

Essa discussão é aprofundada no estudo de Liu (*Macau Polytechnic University*) e Pagano (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), intitulado *“ChatGPT-supported formative assessment in interpreter education: validity of automated ratings and perceived quality of diagnostic feedback”*, que examina empiricamente a validade da avaliação baseada no ChatGPT e a qualidade percebida de seu *feedback* no contexto da formação de intérpretes (chinês-português) em duas universidades de Macau, China. Ao comparar as classificações quantitativas baseadas em uma rubrica e o feedback qualitativo gerados pela IA com os dados correspondentes de examinadores humanos, o estudo revela forte concordância entre ambos. Além disso, as investigadoras aplicaram um questionário para recolher percepções subjetivas dos avaliadores, que consideraram *feedback* gerado pela IA como positivo e apoiaram sua utilização como complemento ao dos professores, sublinhando seu valor pedagógico no contexto investigado.

## ***Eixo II. Impacto das avaliações de larga escala em contextos de ensino e aprendizagem de línguas***

Os trabalhos reunidos no Eixo II deslocam o foco para as avaliações de larga escala e exames de alto impacto, examinando seus fundamentos técnicos, seus efeitos pedagógicos e, sobretudo, suas implicações políticas e sociais. Os artigos evidenciam que tais instrumentos avaliativos não apenas medem desempenhos, mas estruturam práticas curriculares, regulam trajetórias acadêmicas e profissionais e produzem inclusões e exclusões.

Pato (*Lancaster University*), em “*A comparative study of reading sections of high-stakes teacher-made tests in Portugal*”, analisa a validade de provas de alto impacto elaboradas por professores em Portugal. A partir de avaliações de especialistas e análises psicométricas, o estudo identifica discrepâncias na definição de construtos, variações no nível de dificuldade e fragilidades técnicas que comprometem a equivalência entre as seções examinadas. As diferenças significativas de desempenho reveladas pela análise de variância de medidas repetidas (ANOVA) reforçam preocupações com a equidade e com o letramento em avaliação docente, indicando que, mesmo em contextos locais, avaliações de alto impacto podem reproduzir desigualdades quando carecem de rigor técnico e alinhamento entre construtos.

A dimensão política da certificação linguística é aprofundada por Alves e Oliveira (Universidade Federal em Santa Catarina - UFSC), em “*A língua sob exame: certificação, poder e exclusão*”. Com base em dados de participantes multilíngues e ancorados em referenciais de políticas linguísticas e poder simbólico, os autores demonstram como exames de proficiência operam como mecanismos de regulação da mobilidade acadêmica e profissional, legitimando determinados repertórios e marginalizando outros. O artigo explicita, assim, o caráter excludente de determinados formatos avaliativos e a necessidade de repensar seus princípios à luz da diversidade linguística.

No contexto brasileiro, Vicentini (*Stony Brook University*), em “*O modo de uso de informações nas tarefas integradas de compreensão oral para produção escrita do exame Celpe-Bras*”, volta-se ao principal exame oficial de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros no Brasil. Ao analisar qualitativamente textos produzidos por examinandos, a autora analisou a integração entre compreensão oral e produção escrita presente nas tarefas da parte escrita do exame, investigando como as informações provenientes do insumo são mobilizadas na produção de tarefas integradas. O estudo contribui para a área de avaliação em línguas ao ampliar os conhecimentos sobre o Celpe-Bras e ao abordar um tema ainda pouco explorado nas pesquisas brasileiras: o estilo de integração.

Ainda no âmbito da produção escrita, Sigiliano (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF), Ferraz (UFJF), Lana (Escola Estadual Quinzinho de Andrade - MG) e Andrade (UFJF), em “*Avaliação em larga escala de produção de texto na educação básica: instrumentos avaliativos e guias de correção*”, analisam provas e guias de correção do Programa Escola das Adolescências, do governo federal. Embora identifiquem alinhamento entre os gêneros selecionados e as

orientações curriculares, os autores apontam fragilidades na formulação das propostas e nos critérios de correção, o que compromete a precisão diagnóstica das avaliações externas. O trabalho evidencia a tensão entre a complexidade inerente à avaliação da escrita e a padronização exigida por instrumentos de larga escala, problematizando os limites desses mecanismos para capturar a diversidade das práticas de ensino e aprendizagem.

Essa discussão se articula à análise de Moura (Universidade Estadual de Goiás - UEG) e Crestani (Universidade de Passo Fundo - UPF), em “*Os multiletramentos na matriz de referência de Língua Portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica*”. Os autores investigam em que medida a matriz de referência de Língua Portuguesa do Saeb incorpora princípios dos multiletramentos, mediação tecnológica e multiculturalidade. A partir do paradigma indiciário, o estudo revela como as matrizes avaliativas podem funcionar como indutores de mudanças curriculares, redefinindo o que conta como competência legítima.

Monteiro e Freitag (Universidade Federal de Sergipe - UFS), no artigo “*Avaliação de Larga Escala e Políticas de Leitura: Um Estudo sob a Perspectiva da Teoria da Ação Planejada*”, analisam dispositivos legais e normativos sobre leitura em articulação com as matrizes do Saeb e seus resultados. Ao mobilizar a Teoria da Ação Planejada para compreender como políticas moldam atitudes, normas subjetivas e percepções de controle, os autores evidenciam o descompasso entre intenções legislativas e implementação escolar. A indefinição conceitual dos atores e as mudanças recorrentes nas escalas de avaliação emergem como fatores que dificultam a consolidação das políticas como práxis, revelando o papel estruturante e/ou desestabilizador das avaliações externas na governança educacional.

Por fim, Araújo, Martins, Domingos e Ribeiro (Universidade Federal do Ceará - UFC), em “*Entre espaço e tempo: uma proposta de análise de questões de língua inglesa do Enem a partir do cronotopo bakhtiniano*”, propõem uma leitura dialógica das questões de língua inglesa do Enem. Fundamentados no conceito bakhtiniano de cronotopo, os autores analisam como elementos espaço-temporais configuram as questões como enunciados concretos que materializam sentidos e posicionamentos. Ao considerar o “cronotopo da avaliação”, o artigo evidencia como o exame constrói determinadas imagens de leitor e de ensino de língua inglesa, reforçando a ideia de que avaliações de larga escala são práticas discursivas que produzem efeitos formativos e ideológicos.

### ***EIXO III: Iniciativas para promoção de letramento em avaliação de professores de línguas nas formações iniciais e/ou continuada***

Com foco em práticas de ensino e aprendizagem de português como língua estrangeira em cursos nas modalidades presenciais e on-line, em “*Assessment experiences in face-to-face and online Portuguese as a foreign language courses at a language and teacher development centre*”, Consolo (Universidade Estadual Paulista - UNESP) lança luz sobre as experiências de avaliação

em um Centro de Línguas e Desenvolvimento de Professores (CLDP), cujo objetivo é a formação inicial de professores. A contribuição do estudo reside na apresentação de exemplos e na discussão de questões (orais e escritas) de um teste on-line de nivelamento.

No âmbito da formação inicial docente, Fernandes (Instituto Federal de Brasília - IFB), Carvalho Pinto (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), Melo (IFB) e Brum-Barreto (Universidade de Brasília - UnB), em "*Reflexões sobre letramento em avaliação no currículo das licenciaturas em Letras-Espanhol dos Institutos Federais*", analisam projetos pedagógicos de cursos de Letras-Espanhol de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O estudo evidencia lacunas significativas na formação em avaliação nos currículos analisados, apontando fragilidades no desenvolvimento do letramento em avaliação na formação de professores de línguas.

Encerrando o dossiê, Bonifácio e Quevedo-Camargo (Universidade de Brasília - UnB), no trabalho "*A invisibilidade da Avaliação e do Letramento em Avaliação nos eventos acadêmicos de Linguística e Linguística Aplicada no Brasil*", investigam a representatividade da temática da avaliação e do letramento em avaliação em eventos acadêmicos de Linguística e Linguística Aplicada brasileiros. Os resultados apontam para a invisibilidade do tema e, com base nessa constatação, as autoras discutem o impacto dessa ausência no letramento em avaliação de professores de línguas e propõem ações para fortalecer a inserção da temática no âmbito acadêmico, com vistas a fomentar um debate mais reflexivo e transformador.

## **ALGUMAS PALAVRAS FINAIS**

Este número evidencia o caráter multifacetado da avaliação e propõe uma leitura ecológica do fenômeno avaliativo, ao articular dinâmicas que atravessam níveis micro (práticas de sala de aula), meso (políticas e práticas institucionais) e macro (políticas públicas) das práticas avaliativas. Ao reunir estudos produzidos em diferentes contextos geopolíticos e institucionais, o dossiê coloca em diálogo realidades de ensino diversas que, embora situadas, convergem em reflexões comuns sobre os sentidos, os usos e os efeitos da avaliação de línguas (materna e adicional). Nesse movimento, o presente número ultrapassa a condição de mera coletânea temática e se afirma como um posicionamento no campo: um gesto de resistência à invisibilidade histórica da avaliação nos currículos de formação inicial e continuada de professores e nos espaços de debate acadêmico, bem como um espaço de diálogo que lança luz sobre práticas avaliativas que, para além de fragilidades técnicas, podem produzir efeitos sociais excludentes e injustos.

Os textos aqui reunidos reforçam que práticas avaliativas não são neutras: elas produzem efeitos formativos, identitários e curriculares, ao mesmo tempo em que regulam processos de inclusão e exclusão. Tal constatação reafirma a urgência de uma agenda crítica em avaliação que articule políticas linguísticas, justiça social e ensino de línguas, bem como a formação de professores para uma atuação reflexiva que conecte avaliações internas e externas. Os artigos

também evidenciam o conflito estrutural entre instrumentos de governança educacional – como avaliações de larga escala padronizadas (Enem, Saeb) e documentos normativos (BNCC) – e a complexidade dos usos reais da linguagem em contextos plurais de aprendizagem. Ao problematizar essas tensões, o dossiê reafirma que não há oposição estanque entre sala de aula e políticas públicas, mas circulação de sentidos, disputas e efeitos cruzados que incidem sobre currículos, práticas pedagógicas e trajetórias formativas.

Ao mesmo tempo, os trabalhos apontam caminhos para o ensino e a avaliação de construtos de língua(gem) mais inclusivos, sensíveis à diversidade linguística e cultural (como perspectivas de língua franca e práticas translíngues), e reforçam a centralidade de práticas avaliativas formativas, colaborativas e socialmente situadas, com potencial de promover impactos concretos na educação básica e no ensino superior. A incorporação da inteligência artificial no campo da avaliação emerge como possibilidade real, mas que demanda, de forma incontornável, letramento crítico, curadoria pedagógica e reflexão ética. Por fim, o dossiê se posiciona ao chamar atenção para a urgência do letramento em avaliação como eixo estruturante das licenciaturas, condição fundamental para a construção de práticas avaliativas mais justas, válidas e socialmente responsáveis.

## REFERÊNCIAS

ALDERSON, J. C. Foreword. In: CHENG; Y. L.; WATANABE; A. C. (ed.) *Washback in Language Testing – Research Contexts and Methods*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2004. p. ix-xii.

SCARAMUCCI, M. V. R. Efeito retroativo da avaliação no ensino/aprendizagem de línguas: o estado da arte. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 43, p. 203-226, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PpG6gN9pbJVhVbhWB6JWZkw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SCARAMUCCI, M. V. R. Validade e consequências sociais das avaliações em contextos de ensino de línguas. *Linguarum Arena*, v. 2, p. 103-120, 2011. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9836.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SHOHAMY, E. Democratic assessment as an alternative. *Language testing*, v. 18, n. 4, p. 373-391, 2001. Disponível em: [https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/026553220101800404?casa\\_token=mnyHZgb6ct4AAAA:5Rxe5Jc1sW486ITG9bZJ0aca6dG2OzueuleAl6ZIN1pdu6-gzJGr45fcVTiMMcfOQIHkNvgI57w](https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/026553220101800404?casa_token=mnyHZgb6ct4AAAA:5Rxe5Jc1sW486ITG9bZJ0aca6dG2OzueuleAl6ZIN1pdu6-gzJGr45fcVTiMMcfOQIHkNvgI57w). Acesso em: 14 mar. 2025.

QUEVEDO-CAMARGO, G.; PINHEIRO, L. A. Ética na avaliação de línguas adicionais: da postura docente ao instrumento avaliativo. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 32, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v32.8641>. Acesso em: 14 mar. 2025.

QUEVEDO-CAMARGO, G. Efeito retroativo da avaliação na aprendizagem de línguas estrangeiras: que fenômeno é esse? In: MULIK, K. B.; RETORTA, M. S. (org.). *Avaliação no ensino-aprendizado de línguas estrangeiras: diálogos, pesquisas e reflexões*. Campinas: Pontes, 2014. v. 1, p. 1-16.

QUEVEDO-CAMARGO, G.; SCARAMUCCI, M. V. R. O Conceito De Letramento Em Avaliação De Línguas: Origem De Relevância Para O Contexto Brasileiro. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, Goiânia, v. 22, n. 1, 2018. DOI: 10.5216/lep.v22i1.54474. DOI: <https://doi.org/10.5216/lep.v22i1.54474>.. Acesso em: 10 fev. 2026.

**Como citar:**

QUEVEDO-CAMARGO, Gladys; DAMACENA-DUTRA, Mariana; BRUM-BARRETO, Aline. Editorial. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 146-155, jul./dez. 2025. DOI: 10.26512/les.v26i2.61376 Disponível em: . Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

**Direito autoral:**

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

